A DISCIPLINA DE HISTÓRIA NO NOVO ENSINO MÉDIO: REDUÇÃO, ADAPTAÇÃO E REORIENTAÇÃO

Ana Carolina Rocha Batista (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Jean Carlos Moreno (Orientador). E-mail: ra143358@uem.com.
Universidade Estadual de Maringá, Departamento de História, Maringá, PR.

Ciências Humanas / História

Palavras-chave: BNCC; História; Currículo.

RESUMO

Esta pesquisa analisou os impactos da reforma do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) sobre o ensino de História no estado do Paraná, a partir da comparação entre as Diretrizes Curriculares Estaduais (DCE, 2008) e o Referencial Curricular Paranaense (RCP, 2021). Enquanto a DCE foi construída coletivamente com professores e organizava os conteúdos em eixos temáticos, sendo eles: relações de trabalho, poder e cultura que permitiam articulações entre diferentes períodos históricos, o RCP, alinhado à BNCC, conta com seis unidades temáticas que além dos conteúdos prioriza competências e habilidades específicas. A análise revela diferenças importantes. No novo currículo há a ampliação da História da África e das culturas afro-brasileiras e indígenas, e a inclusão de uma unidade inteira dedicada ao combate ao preconceito e aos direitos humanos. Ambos os documentos sofrem com a extensão excessiva de assuntos, mas o RCP agrava o problema ao romper com a lógica temática que integrava o conhecimento histórico. Além disso, a autonomia docente, que na DCE era exercida por meio do Plano de Trabalho Docente, fica restrita no novo modelo pela rigidez das unidades e pelo controle exercido através das plataformas digitais. Conclui-se que, embora o RCP atualize pautas sociais importantes, sua fragmentação e as condições precárias de implementação, com as novas tecnologias de controle e avaliação, comprometem a formação histórica dos estudantes, distanciando a escola de sua função de formar cidadãos críticos e conscientes de seu tempo.

INTRODUÇÃO

A reforma do Ensino Médio instituída pela Lei nº 13.415/2017 reestruturou a educação básica brasileira ao ampliar a carga horária, criar os itinerários formativos e reduzir a formação geral básica a 60% do currículo, deixando os 40% restantes para percursos flexíveis. No Paraná, essa mudança se materializou com a publicação do Referencial Curricular Paranaense (RCP) em 2021, documento que substituiu as Diretrizes Curriculares Estaduais (DCE) de 2008 e reorganizou o

ensino de História em seis unidades temáticas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Diante desse cenário, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar as mudanças decorrentes da reforma do Ensino Médio para o ensino de História no estado do Paraná, tendo como objetivos específicos comparar, do ponto de vista da aprendizagem histórica, a organização curricular anterior e posterior à reforma, bem como identificar os impactos dessas transformações na seleção e abordagem dos conteúdos históricos.

Para isso conta com uma metodologia de pesquisa qualitativa, de abordagem comparativa sobre documentos oficiais, sendo eles, as DCE (2008) e o RCP (2021). A delimitação do estudo concentra-se na grade curricular da disciplina de História no Ensino Médio, analisando a lógica organizacional de cada documento, os encaminhamentos metodológicos propostos e o papel atribuído ao professor no processo de ensino. O aporte teórico fundamenta-se em autores do campo do currículo e em pesquisadores críticos das reformas educacionais. Além disso, incorpora-se a perspectiva decolonial (Oliveira & Candau, 2010) para problematizar a permanência de narrativas eurocêntricas e a necessidade de valorização de saberes historicamente silenciados, além das discussões sobre temas sensíveis (Seffner et al., 2018).

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, centrada na análise comparativa das Diretrizes Curriculares Estaduais (DCE) de História, publicadas em 2008 pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, e o Referencial Curricular Paranaense (RCP) para o Ensino Médio, de 2021, alinhado à BNCC. O procedimento metodológico consistiu na leitura dos dois currículos, com destaque para a estrutura geral, a organização dos conteúdos, os encaminhamentos metodológicos, orientações para avaliação e a atuação docente. Além disso, apoiado em bibliografia, prospectou-se o seu contexto de produção e implementação. Após contrapor os documentos, buscamos reconhecer as continuidades, mudanças e rupturas em relação à prescrição curricular do componente História. A partir disso, apresentamos as diferenças, especialmente sobre a organização temática e cronologia dos conteúdos, autonomia docente e a inclusão e abordagem de temas específicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise comparativa entre as Diretrizes Curriculares Estaduais (DCE, 2008) e o Referencial Curricular Paranaense (RCP, 2021) para o Ensino Médio indica algumas diferenças desde o princípio dos documentos. Na DCE, o tema 1 dedicava-se inteiramente ao trabalho, com detalhamento da transição do escravo para o assalariado, explicação sobre taylorismo, fordismo e toyotismo, e discussão sobre sindicalismo e legislação trabalhista. Esses mesmos temas, no RCP, aparecem diluídos nas unidades sobre tecnologia, colonialismo e capitalismo, sem o mesmo

aprofundamento. Por outro lado, o RCP diminuiu a carga horaria dedicada à Europa entre o século V ao XV e incluiu uma unidade inteira sobre cidadania e direitos humanos, com conteúdos como mito da democracia racial, movimento feminista, LGBTQIA+ e questões indígenas contemporâneas, temas que na DCE apareciam de forma mais secundária, associados a “revoltas” e “conflitos” ou tratados de maneira descritiva, no campo da cultura, como as festas populares e manifestações religiosas.

Outro contraste está na forma como cada documento organiza a cronologia. A DCE, ao estruturar-se em eixos temáticos, permitia que conteúdos como trabalho escravo na Antiguidade e no Brasil colonial fossem trabalhados juntos, estabelecendo relações entre períodos. Já o RCP separa esses conteúdos em unidades distintas, por exemplo, a origem da espécie humana e os povos da Antiguidade ficam na unidade 2, enquanto a colonização da América e o trabalho escravo indígena e africano no Brasil aparecem nas unidades 3 e 4.

Para além dos conteúdos, foi observado que a autonomia docente na DCE, era exercida por meio do Plano de Trabalho Docente, sendo um espaço em que o professor contextualizava os conteúdos conforme a realidade regional, porém essa lógica não aparece no RCP. Embora o documento fale em seleção de conteúdos, a rigidez das unidades temáticas e a extensão excessiva de assuntos (presentes nos dois currículos) forçosamente farão o professor recorrer à exposição tradicional para cumprir um cronograma, inviabilizando o aprofundamento e a abordagem interdisciplinar proposta.

CONCLUSÕES

A análise comparativa entre as Diretrizes Curriculares da Educação (DCE) de 2008 e o atual Referencial Curricular Paranaense (RCP) de 2021 revela uma tensão entre continuidade e ruptura no ensino de História no Paraná. Enquanto a DCE, construída coletivamente por professores, organizava-se em torno de conteúdos estruturantes e conferia autonomia ao docente por meio do Plano de Trabalho, o RCP, alinhado à BNCC e implementado por via normativa, prioriza competências e habilidades específicas organizadas em seis unidades temáticas de caráter predominantemente cronológico. É preciso destacar que, num primeiro momento, houve redução da carga horária do componente curricular História no Novo Ensino Médio Paranaense. Posteriormente, com pressão dos docentes e discentes, esta situação se reverteu parcialmente.

De toda forma, observa-se que o novo currículo busca ampliar a diversidade temática, com destaque para a História da África, das culturas afro-brasileiras e indígenas, além de uma unidade inteira dedicada ao combate ao preconceito e à defesa dos direitos humanos. No entanto, essa atualização vem acompanhada de alguns desafios como a justaposição de tópicos sem conexão lógica, e a rigidez das unidades temáticas que dificultam a formação de uma narrativa histórica coesa e sobrecarregam o professor, que muitas vezes é compelido a recorrer à exposição tradicional para cumprir o cronograma. Essa quantidade excessiva de conteúdos prescritos aparece nos dois currículos, que inviabilizam o aprofundamento, levando

em conta organização integrada que repete temas históricos entre o Ensino Fundamental e o Médio.

Assim, a análise revela que apesar das diferenças, os impasses em relação ao currículo de História continuam inviabilizando uma transformação efetiva em relação às possibilidades de aprendizagem. Como demonstram Moreno e Pereira (2024, p. 302):

> Se a narratividade é uma característica fundamental para a manutenção da estabilidade da História escolar, a pergunta é como construir uma história plural que contemple a maior parte dos sujeitos envolvidos. Este é o desafio que se põe para os que se dispõem a pensar os tempos axiais, as agências históricas e ao, mesmo tempo, uma situação tão complexa quanto: pensar junto com o chão da aprendizagem escolar e os sujeitos nele envolvidos.

REFERÊNCIAS

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e educação. *In*: SILVA JUNIOR, C. da; GHIRALDELLI JUNIOR, P. (org.). **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 42-56.

MORENO, J. C.; PEREIRA, S. de C. Currículos prescritos de História: há caminhos possíveis para os impasses em que estamos envoltos há mais de 30 anos? *In*: SILVA, A. L. da *et al*. (org.). **Enredos e tramas do ensino de história**: teorias, saberes e práticas. São Paulo: Paruna Editora, 2024.

OLIVEIRA, L. F. de; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 15-40, abr. 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Currículo da Rede Estadual Paranaense**: versão final. Curitiba: SEED/PR, 2021. Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/crep. Acesso em: 31 ago. 2026.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**: História. Curitiba: SEED/PR, 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_hist.pdf. Acesso em: 31 ago. 2026.

SEFFNER, F. *et al*. Formação docente em história: conhecimentos sensíveis, memórias e diálogos. **Revista La Salle**, Canoas, v. 23, n. 2, p. 79-96, jul. 2018.